

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014 - Condensado

Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Grendene S.A. apresenta-lhes, a seguir, em conformidade com as disposições estatutárias, à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, findas de 31 de dezembro de 2014, de forma condensada. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, "completas" estão publicadas na íntegra nos jornais: O Povo (CE) e no Diário Oficial do Estado do Ceará, edição de 24 de fevereiro de 2015 e estão disponíveis no nosso site <http://ri.grendene.com.br>, no site da CVM <http://www.cvm.gov.br> e da BM&FBOVESPA <http://www.bmfbovespa.com.br>.

1. Receita bruta de vendas

A elevação da receita bruta em 2014 de apenas 0,3%, relativamente a 2013 diminuiu a taxa média composta de crescimento (CAGR 2008-2014) para 9,5% a.a. contra 11,5% a.a. no período 2008-2013, ainda assim mantendo-se dentro da faixa esperada entre 8% e 12%. Destacamos que não são muitas as empresas brasileiras de produtos manufaturados que atingem um patamar de exportações de US\$273 milhões como fizemos em 2014.

R\$ milhões	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. 14/13	CAGR
Receita bruta consolidada	1.819,4	1.998,6	1.831,6	2.324,5	2.711,4	2.720,3	0,3%	8,4%
Mercado interno	1.464,4	1.603,8	1.489,9	1.845,4	2.146,9	2.077,7	(3,2%)	7,2%
Calçados	1.464,4	1.603,8	1.489,9	1.845,4	2.146,9	2.077,7	(3,2%)	7,2%
Móveis	-	-	-	-	-	-	0,0%	0,0%
Exportação	355,0	394,8	341,7	479,1	564,5	642,6	13,8%	12,6%
Calçados	355,0	394,8	341,7	479,1	564,5	641,7	13,7%	12,6%
Calçados em US\$	177,7	224,3	204,0	245,1	261,6	272,6	4,2%	8,9%
Móveis	-	-	-	-	-	0,9	0,0%	0,0%
Milhões de pares	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. 14/13	CAGR
Volumes	165,7	169,5	150,1	185,0	216,2	204,9	(5,2%)	4,3%
Mercado interno	117,4	114,9	107,6	139,7	165,7	152,7	(7,8%)	5,4%
Exportação	48,3	54,6	42,5	45,3	50,5	52,2	3,3%	1,6%
R\$	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. 14/13	CAGR
Preço médio (Calçados)	10,98	11,79	12,20	12,56	12,54	13,27	5,8%	3,9%
Mercado interno	12,47	13,97	13,85	13,21	12,96	13,60	4,9%	1,8%
Exportação	7,35	7,23	8,04	10,56	11,17	12,29	10,0%	10,8%
Exportação em US\$	3,68	4,11	4,80	5,40	5,18	5,22	0,8%	7,2%

Conforme dados da MDIC/SECEX/ABICALÇADOS, as exportações brasileiras de calçados em 2014 vs. 2013, aumentaram 5,4% no volume de pares vendidos e diminuíram 2,6% do total exportado em dólar e 7,5% no preço médio em dólar. A nossa participação nas exportações brasileiras de calçados, quando comparado 2014 vs. 2013, ficou em 40,3% nos volumes de pares e passou de 23,9% para 25,5% na receita de exportação em dólar, mantendo a liderança nas exportações brasileiras de calçados pelo 12º ano consecutivo.

2. Receita líquida de vendas

R\$ milhões	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. 14/13	CAGR
Receita bruta de vendas	1.819,4	1.998,6	1.831,6	2.324,5	2.711,4	2.720,3	0,3%	8,4%
Mercado interno	1.464,4	1.603,8	1.489,9	1.845,4	2.146,9	2.077,7	(3,2%)	7,2%
Exportação	355,0	394,8	341,7	479,1	564,5	642,6	13,8%	12,6%
Deduções das vendas	(363,6)	(394,1)	(350,6)	(442,2)	(524,1)	(487,0)	(7,1%)	6,0%
Devoluções e impostos s/vendas	(274,1)	(283,6)	(255,3)	(328,6)	(393,3)	(383,0)	(2,6%)	6,9%
Descontos concedidos a clientes	(89,5)	(110,5)	(95,3)	(113,6)	(130,8)	(104,0)	(20,5%)	3,1%
Receita líquida de vendas	1.455,8	1.604,5	1.481,1	1.882,3	2.187,3	2.233,3	2,1%	8,9%

3. Ebit e Ebitda

3.1. Ebit
EBIT - earnings before interests and taxes - lucro operacional antes dos efeitos financeiros. Entendemos que por possuímos uma grande posição de caixa que gera receitas financeiras expressivas o lucro operacional de nossa atividade é melhor caracterizado pelo EBIT.

Conciliação do EBIT/EBITDA * (R\$ milhares)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. 14/13	CAGR
Lucro líquido do exercício	272.211	312.399	305.446	429.003	433.540	490.244	13,1%	12,5%
Part. acionistas não controladores	(110)	68	5	888	465	(4.985)	(1.172,0%)	114,4%
Tributos sobre o lucro	15.707	18.415	34.845	65.399	68.805	39.678	(42,3%)	20,4%
Resultado financeiro líquido	(135.624)	(122.469)	(153.003)	(132.477)	(103.577)	(135.524)	30,8%	-
EBIT	152.184	208.413	187.293	362.813	399.233	389.413	(2,5%)	20,7%
Depreciação e amortização	26.307	28.173	28.917	31.725	36.648	47.461	29,5%	12,5%
EBITDA	178.491	236.586	216.210	394.538	435.881	436.874	0,2%	19,6%

Margem EBIT	10,5%	13,0%	12,6%	19,3%	18,3%	17,4%	(0,9 p.p.)	6,9 p.p.
Margem EBITDA	12,3%	14,7%	14,6%	21,0%	19,9%	19,6%	(0,3 p.p.)	7,3 p.p.

* Demonstração conforme Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

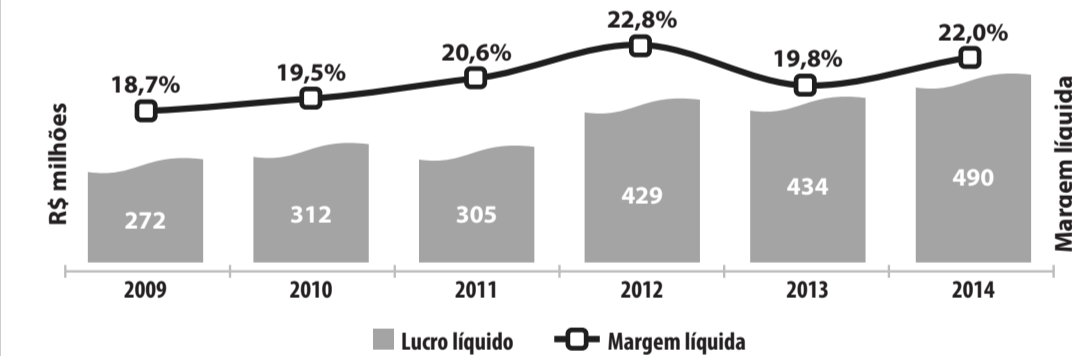
3.2. Ebitda
 Nosso negócio é de baixa intensidade de capital sendo a depreciação em torno de 2% da Receita Líquida (2,0% em 2011, 1,7% em 2012 e 2013 e 2,1% em 2014). Desta forma entendemos que a análise do EBIT faz mais sentido para a gestão operacional da Companhia.

4. Lucro líquido do exercício

Nos últimos seis anos o lucro líquido cresceu 12,5% a.a. (CAGR) com elevação em todas as margens da empresa: bruta, operacional e líquida.

Em 2014, o lucro líquido subiu novamente em percentual de 13,1% em relação ao ano anterior.

R\$ milhões	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. 14/13	CAGR
Lucro líquido do exercício	272,2	312,4	305,4	429,0	433,5	490,2	13,1%	12,5%
Margem líquida	18,7%	19,5%	20,6%	22,8%	19,8%	22,0%	2,2 p.p.	3,3 p.p.

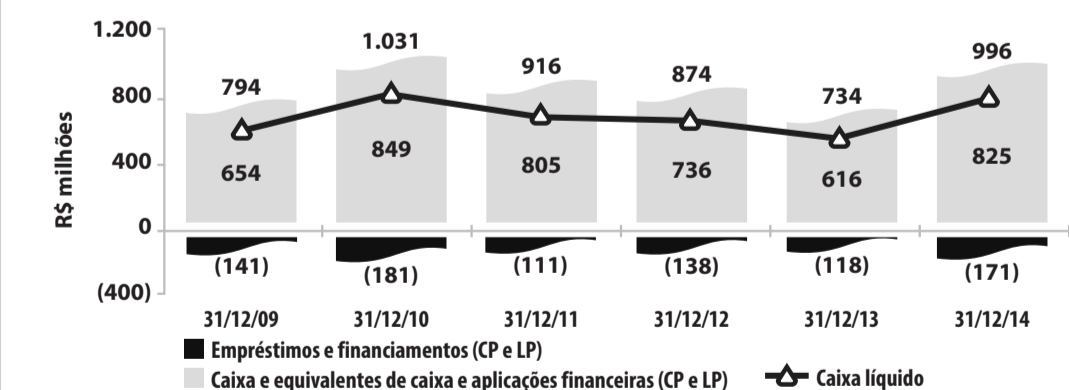


5. Geração de caixa e disponibilidades líquidas

As disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais de R\$485,0 milhões se soma ao aumento líquido da dívida com instituições financeiras no valor de R\$40,6 milhões, sendo o resultado de caixa destinado para pagamento de investimentos em imobilizados e intangíveis no valor de R\$119,1 milhões; aplicações financeiras no valor líquido de R\$178,5 milhões, na compra líquida de ações para manutenção em tesouraria no valor de R\$5,0 milhões e no pagamento de dividendos no valor de R\$236,0 milhões. A redução de R\$13,0 milhões do valor mantido em conta-corrente e aplicações financeiras de curtíssimo prazo completa o valor da destinação. O fluxo de caixa completo está disponível nas demonstrações financeiras.

Geramos R\$1,5 bilhão de caixa acumulado proveniente de nossas atividades operacionais nos últimos seis anos, confirmando nossa excelente performance operacional.

A distribuição das disponibilidades (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo), empréstimos e financiamentos (CP e LP) e do caixa líquido, podem ser vistas no gráfico a seguir:



Ativo	BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)			
	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8.525	24.740	26.324	39.360
Aplicações financeiras				
Títulos ao valor justo por meio do resultado	379.572	119.548	379.572	119.548
Títulos mantidos até o vencimento	254.900	273.117	254.900	273.117
Contas a receber de clientes	849.528	825.216	907.344	900.048
Estoques	193.083	181.709	214.019	205.724
Créditos tributários	5.589	16.362	11.705	22.031
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.303	1.478	3.839	1.704
Títulos a receber	37.252	69.551	37.423	69.819
Custos e despesas antecipadas	1.617	906	2.768	1.210
Outros créditos	67.618	60.269	68.633	61.501
Total do ativo circulante	1.798.987	1.572.896	1.906.527	1.694.062
Ativo Não Circulante				
Realizável a longo prazo:				
Aplicações financeiras				
Títulos mantidos até o vencimento	335.182	301.940	335.182	301.940
Depósitos judiciais	2.002	2.447	2.022	2.454
Créditos tributários	646	563	646	563
Créditos em controladas	13	-	-	-
Títulos a receber	70	288	70	288
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.852	9.060	13.530	15.656
Despesas antecipadas	-	-	3.818	3.568
Investimentos	86.104	314.298	355.268	324.469
Imobilizado	345.911	306.230	368.179	315.087
Intangível	31.790	28.414	51.627	34.847
Total do ativo não circulante	809.570	712.315	775.486	675.280
Total do ativo	2.608.557	2.285.211	2.682.013	2.369.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Dividendos

6.1 Política de dividendos

Para 2015, manteremos nossa política de distribuir como dividendos, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias a totalidade dos Lucros que não têm como origem os incentivos fiscais estaduais.

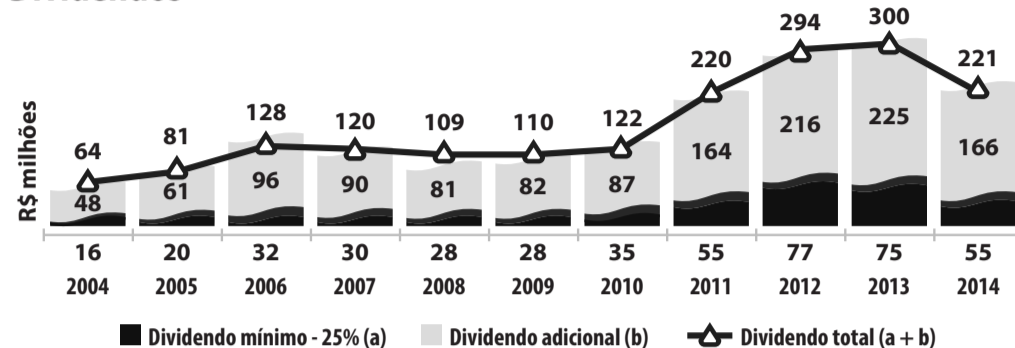
Adicionalmente, manteremos nossa política de distribuição trimestral dos dividendos.

6.2 Dividendos deliberados

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas na lei. De 2004 a 2014, o valor dos dividendos distribuídos de acordo com este percentual previsto nos estatutos da Companhia foi de R\$452 milhões.

Entretanto, desde a abertura do capital em 2004 a Grendene distribuiu em média 54,8% do Lucro líquido após a reserva legal. A administração propôs e a empresa distribuiu na forma de dividendos o valor adicional ao percentual definido nos estatutos de R\$1,3 bilhão totalizando R\$1,8 bilhão em dividendos, o que representa R\$5,88 por ação (base: 300.720.000 ações ordinárias).

Dividendos



De acordo com a atual política de dividendos, estabelecida em 13/02/2014 divulgada em Fato Relevante na mesma data e com base no montante demonstrado abaixo, o valor dos dividendos relativos ao resultado do exercício de 2014 fica estabelecido em R\$203.641.453,24, que somados aos R\$172.928,23, originado de reservas de lucros retidos de 2013, perfazem um dividendo total a ser distribuído de R\$220.814.381,47, que diminuído das antecipações trimestrais efetuadas no valor de R\$125.356.924,60, resulta o saldo de dividendos a pagar de R\$95.457.456,87, que a Companhia pagará "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício de 2014, a partir de 23 de abril de 2015.

Farão jus ao recebimento, os acionistas titulares de ações ordinárias (GRND3) inscritos nos registros da Companhia em 09 de abril de 2015 (data do corte). Desta forma, as ações da Grendene (GRND3) passarão a ser negociadas, ex-dividendos a partir de 10 de abril de 2015 na BM&FBOVESPA.

Base para a distribuição de dividendos

a) Destinação do resultado do exercício de 2014

Grendene S.A. (Controladora)	R\$
Lucro líquido do exercício (2014)	490.243.531,09
(-) Reserva de incentivos fiscais	(257.989.369,78)
Base de cálculo da reserva legal	232.254.161,31
(-) Constituição da reserva legal	(11.612.708,07)
Base de cálculo do dividendo obrigatório (a)	220.641.453,24
Dividendo obrigatório - 25%	55.160.363,31
(-) Reserva para aquisição de ações (b) 1	(17.000.000,00)
Valor dos dividendos referente ao resultado do exercício de 2014 (a + b) = (c)	203.641.453,24

1 Reserva constituída para atender ao plano de opções de compra ou subscrição de ações ("Stock options"), conforme art. 32 §2º do Estatuto Social.

b) Destinação do resultado de exercícios anteriores

(+) Reserva de lucros retidos	17.172.928,23
Valor da reserva de lucros retidos	17.172.928,23

c) Demonstração dos dividendos totais propostos pela administração

Dividendo obrigatório - 25% (d)	55.160.363,31
Dividendo proposto em excesso ao mínimo obrigatório, sendo:	
Dividendo em excesso ao mínimo obrigatório do exercício de 2014 (e)	148.481.089,93
Dividendo referente a lucros retidos de exercícios anteriores (f)	17.172.928,23
Soma (e + f) = (g)	165.654.018,16
Total dos dividendos propostos pela administração (d + g)	220.814.381,47

Dividendos distribuídos relativos ao exercício de 20			
--	--	--	--

*** continuação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENADAS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Grendene S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Sobral - CE, Brasil. As operações físcis estão concentradas principalmente na matriz, localizada no Município de Sobral, no Estado do Ceará. Possui, ainda, plantas industriais nas cidades de Fortaleza e Crato, no Estado do Ceará, Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia e em Garupá, na Paraíba, no Estado do Rio Grande do Sul. A Grendene desenvolve, fabrica, distribui e comercializa calçados para diversas situações de uso e para todas as classes sociais, atuando nos segmentos masculino, feminino, infantil e de consumo de massa. O setor de calçados, devido a suas características, pode apresentar oscilações em termos de volume de venda ao longo do exercício, sendo esperado um volume maior no segundo semestre de cada ano. As operações da Companhia, no julgamento de sua administração, não são impactadas por estes efeitos de tal forma que requeriam divulgações ou informações adicionais às notas explicativas. As referências das notas a seguir se referem ao Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, "completas".

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e avaliação dos dispositivos da Lei nº 12.973/14 (anteriormente MP nº 627/13)

As políticas contábeis e métodos de mensuração adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas não sofreram alterações em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

a) Demonstrações financeiras individuais

Em reunião da diretoria executiva realizada em 11 de fevereiro de 2015, as demonstrações financeiras da Grendene S.A. foram apreciadas, revisadas e autorizadas à emissão. As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como, de acordo com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são aplicáveis às demonstrações financeiras finais em 31 de dezembro de 2014. Não há em 31 de dezembro de 2014 e 2013 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

c) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

A seguir apresenta-se a norma que será efetiva a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2016:

- IFRS 11 - Negócios em Conjunto** - Orienta sobre os critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisição de participações em negócios em conjunto de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3 (Combinação de Negócios). A Companhia irá avaliar essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.

- IAS 16 e IAS 38** - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização - As alterações fornecem orientações adicionais sobre como a depreciação ou amortização de bens do ativo imobilizado e intangível devem ser contabilizadas. As alterações também esclarecem que o uso de métodos baseados em receitas para calcular a depreciação de um ativo não é apropriado e limita a utilização para o cálculo de amortização. A Companhia irá avaliar essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.

A seguir apresenta-se a norma que será efetiva a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros** - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma prevê ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia está avaliando essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

d) Avaliação dos dispositivos da Lei nº 12.973/14 (anteriormente MP nº 627/13)

No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 (anteriormente MP nº 627/13), que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas:

- (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido;
- (ii) estabeleceu que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria;
- (iii) inclui tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos;
- (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio, e;
- (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 é facultada às empresas.

A Administração da Companhia avaliando as disposições contidas na Lei, o cenário de normalizações e controles fiscais alternativos à evidência contábil à serem disciplinados pela Receita Federal do Brasil, optou pela não adoção das disposições contidas nos artigos 1º, 2º e 4º a 7º da Lei nº 12.973/14 para o exercício social de 2014. Por fim, a alteração trazida pelo art. 2º da Lei nº 12.973/14 (anteriormente MP nº 627/13) ao Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 (dispositivo legal que trata do lucro da exploração), introduziu norma que, de forma expressa, passou a determinar a exclusão das receitas decorrentes de subvenções para investimentos no cálculo do lucro da exploração. Este dispositivo legal afetará a tributação incidente sobre os incentivos estaduais no momento em que integrem a base de dividendos. Essa alteração poderá influenciar a decisão futura da Companhia sobre a proporção do Lucro Líquido a ser distribuído (payout) de acordo com a política de distribuição de dividendos da Companhia. A Companhia manterá a política de distribuição trimestral de dividendos.

3. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

Razão social	País Sede	Percentual de participação	
		2014	2013
Participação direta			
Grendene Argentina S.A.	Argentina	95,00%	95,00%
MHL Calçados Ltda.	Brasil	99,998%	99,998%
Grendene USA, Inc.	USA	100,00%	100,00%
Grendene UK Limited	Reino Unido	100,00%	100,00%
A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.	Brasil	42,50%	42,50%
Participação indireta			
Grendene New York, L.L.C. (através da Grendene USA, Inc.)	USA	100,00%	100,00%
Grendene Italy, S.R.L. (através da Grendene UK Limited.)	Itália	100,00%	100,00%
Z Plus EUR Company S.R.L. (através da A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.)	Itália	42,50%	42,50%

Características principais das entidades incluídas na consolidação:

- Grendene Argentina S.A.**: empresa sediada na Argentina, suas atividades concentram-se na comercialização de calçados no mercado argentino.
- MHL Calçados Ltda.**: empresa sediada no estado da Bahia, suas atividades concentram-se na fabricação e comercialização de calçados.
- Grendene USA, Inc.**: empresa sediada nos Estados Unidos, atua como representante comercial através da comercialização e distribuição de nossos produtos no mercado norte-americano. É controladora da Grendene New York, L.L.C., empresa sediada nos Estados Unidos que atua no mesmo segmento.
- Grendene UK Limited.**: empresa sediada no Reino Unido, atua como representante comercial através da comercialização e distribuição de nossos produtos. É controladora da Grendene Italy S.R.L. empresa sediada na Itália que atua no mesmo segmento.
- A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.**: empresa sediada no Brasil, suas atividades concentram-se na industrialização, comercialização, importação e exportação de móveis e complementos a partir do plástico. É controladora da Z Plus EUR Company S.R.L. empresa sediada na Itália que atua no mesmo segmento.

Não há investimentos em coligadas ou *joint ventures*, em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Os exercícios sociais das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com as normas internacionais de contabilidade.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Políticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão a favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Investimento em saldos denominados em moeda estrangeira

b.1) Moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras
A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos pelas taxas médias mensais dos exercícios.

b.2) Transações denominadas em moeda estrangeira

As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta e ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

c.1) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

a) Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação. A cada data de balanço são mensurados pelo valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Instrumentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária e variação cambial, são reconhecidos quando incorridos.

c) Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias a), b), c), e) acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras desdes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, incluindo os efeitos tributários. Os referidos efeitos tributários são registrados em contrapartida ao ativo/passivo diferido de imposto de renda e contribuição social. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e derivativos.

c.2) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratuais ou emitidos:

a) Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c.3) Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e tem-se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c.4) Valor de mercado

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercado organizado é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação. Os instrumentos financeiros e seus respectivos valores de mercado estão divulgados na Nota 18.a.

c.5) Impairment de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

c.6) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *hedge*. Para os instrumentos operados com o valor justo é determinado na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, subsequentemente, remensurado ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção "*Hedge*", esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção "*hedge accounting*". Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 18.b. A Companhia não opera com derivativos para fins especulativos.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado" (Nota 6).

e) Aplicações financeiras

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão mensuradas, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 4.c.1. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

f) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras.

Foram constituídas provisões em montantes considerados suficientes pela Administração para créditos cuja realização é considerada duvidosa e para descontos por pontualidade. O critério de constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa leva em consideração a análise dos riscos de crédito de clientes que possuem débitos na Companhia, com títulos vencidos há mais de 180 dias, desconsiderando os que possuem acordos judiciais, extrajudiciais ou garantias.

A provisão para descontos por pontualidade é constituída no montante estimado de descontos a serem concedidos, sobre as contas a receber de clientes, pelo pagamento das duplicatas no vencimento, sendo sua contrapartida registrada à rubrica de deduções de vendas. Informações referentes à abertura da conta a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 7.

g) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda no mercado normal da Companhia, quando aplicável, e o custo de aquisição ou de produção para realizar a venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos (bens, porém não mais servíveis para o negócio da Companhia) são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração da Companhia considera que foi constituída provisão em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

h) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

Os investimentos do investimento, quaisquer diferenças entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida devem ser contabilizados como ágio (*goodwill*).

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo imobilizado é revisado quando eventos ou mudanças circunstanciais indiquem que este valor talvez não seja recuperável. As perdas por *impairment* são reconhecidas quando o valor contábil do ativo for superior ao valor recuperável. Para fins de avaliação de *impairment* os ativos são agrupados em unidade geradora de caixa (UGC).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - R1 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

j) Intangível

Está representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12.

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O *goodwill* de aquisição de controlada está registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos da Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão para ajuste de realização.

k) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorre nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Tributação

l.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e dos anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

l.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As deduções ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores relativos aos impactos diferidos ativos e passivos são registrados e divulgados no ativo e/ou passivo não circulante.

O imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias é constituído à medida que exista previsão de geração de imposto futuro para sua utilização. Os tributos diferidos são revisados em cada data de balanço e, se necessário, uma provisão para baixa é reconhecida quando não é mais provável que os resultados tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando existir um direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente, e se estiverem relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Subvenções governamentais para investimentos

Os incentivos fiscais correspondem à: (i) redução de 75% do imposto de renda incidente sobre os lucros dos empreendimentos instalados nos estados do Ceará e Bahia calculado com base no lucro da exploração; e (ii) incentivos fiscais de ICMS relativamente às suas atividades operacionais localizadas nestes estados (Nota 16). As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas nos convênios. São registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros à conta de "Incentivos fiscais" no patrimônio líquido.

d) Informações financeiras resumidas das controladas diretas e indireta (consolidadas)

	Grendene Argentina S.A. (*)		MHL Calçados Ltda.		Grendene USA, Inc. (**)		Grendene UK Limited (*) (**)		A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. (*) (**)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ativo circulante	91.112	89.658	13.348	17.363	28.070	23.487	5.722	1.398	5.817	6.577
Ativo não circulante	2.788	5.670	1.248	1.294	7.385	7.239	11.835	3.748	19.941	4.927
Total do ativo	93.900	95.328	14.596	18.657	35.455	30.726	17.557	5.146	25.758	11.504
Passivo circulante	72.637	73.191	1.004	4.532	11.591	11.913	3.823	626	5.764	862
Passivo não circulante	21.263	22.137	1.998	1.209	11.591	11.913	3.823	626	5.764	862
Total do passivo	93.900	95.328	3.002	5.741	23.182	23.826	7.646	1.252	11.528	11.624
Patrimônio líquido das controladas	95,00%	95,00%	99,998%	99,998%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	42,50%	42,50%
Participação no patrimônio líquido (investimento)	20.200	21.030	13.398	14.125	23.864	18.813	13.734	4.520	8.897	4.523

	Grendene Argentina S.A. (*)		MHL Calçados Ltda.		Grendene USA, Inc. (**)		Grendene UK Limited (*) (**)		A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. (*) (**)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Receitas	98.597	93.622	10.237	29.052	31.954	24.811	6.002	312	2.935	714
Custos e despesas	(97.511)	(92.350)	(10.965)	(28.749)	(34.497)	(26.495)	(11.225)	(2.267)	(11.698)	(16)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício das controladas	1.086									

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

d) Reservas de lucros

• Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício deduzidos do valor dos incentivos fiscais, limitada a 20% do capital social, que totaliza R\$95.099 em 31 de dezembro de 2014 (R\$83.486 em 2013).

• Reserva de lucros retidos

O saldo da reserva de lucros retidos refere-se a valor retido como reserva de retenção de lucros para aquisição de ações de própria emissão, com a finalidade de honrar os planos de remuneração baseados em ações, com base em orçamentos realizados anualmente pela administração e submetidos à apreciação e aprovação dos acionistas quanto à proposta de retenção a ser realizada. Por não utilização dos valores do orçamento de capital no prazo estabelecido de 1 (um) ano, propor a distribuição aos acionistas como dividendo o saldo de R\$17.173, na forma do art. 202, § 6º, da Lei nº 6.404/76.

• Reserva para aquisição de ações

O saldo em 31 de dezembro de 2014 de R\$17.000 refere-se a valor retido que tem por finalidade o resgate, a recompra ou aquisição de ações de sua própria emissão inclusive para cumprimento de suas obrigações de entregar ações aos participantes do plano de opções de compra ou subscrição de ações da Companhia.

A reserva para aquisição de ações poderá ser formada com até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e estatutárias, e cujo saldo terá um limite máximo de 20% do capital social.

• Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais correspondem à redução de 75% do IRPJ incidente sobre os lucros dos empreendimentos instalados nos estados do Ceará e Bahia calculados com base no lucro da exploração; e incentivos fiscais de ICMS (Provin) e exportação (Proapi e Procomex) relativamente às suas atividades operacionais localizadas nestes estados.

	Controladora/Consolidado			
	Saldo final em 2013	Incentivos gerados pela operação	Destinação diversa dos incentivos	Saldo final em 2014
ICMS e Exportação	337.826	194.711	-	532.537
IRPJ	288.244	63.278	-	351.522
	<u>626.070</u>	<u>257.989</u>	-	<u>884.059</u>

	Controladora/Consolidado			
	Saldo final em 2012	Incentivos gerados pela operação	Destinação diversa dos incentivos	Saldo final em 2013
ICMS e Exportação	307.663	192.163	(162.000)	337.826
IRPJ	201.163	87.081	-	288.244
	<u>508.826</u>	<u>279.244</u>	<u>(162.000)</u>	<u>626.070</u>

e) Ações em tesouraria

Para cumprimento ao plano de opções de compra ou subscrição de ações (Nota 19), foi aprovado o programa de aquisições de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas através da Ata da 55ª Reunião do Conselho de Administração de 13 de fevereiro de 2014, sem diminuição do capital

social. Esta quantidade de ações ordinárias nominativas, correspondem a 1,95% das ações em circulação. Em conformidade com as disposições da Instrução CVM nº 10/80, o prazo máximo para a liquidação da operação é de menos 365 dias da data da aquisição.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

Saldo no início do exercício

Recompras
 Exercício de opção de compra de ações (Nota 20)
 Venda de ações em tesouraria

Saldo no final do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o custo médio de aquisição dessas ações foi de R\$15,63 (R\$20,68 em 2013), sendo o menor valor adquirido R\$13,14 (R\$17,19 em 2013) e o maior valor adquirido R\$18,00 (R\$21,84 em 2013).

f) Dividendos

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Dos lucros auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, e com base na capacidade de geração operacional de caixa da Companhia, a Administração propôs para deliberação da Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos superior ao mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

Lucro líquido do exercício

(-) Constituição da reserva legal
 (-) Reserva de incentivos fiscais
 (-) Reserva de incentivos fiscais de controlada - MHL Calçados Ltda.

Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao resultado do exercício

Dividendo mínimo obrigatório - 25%
 (-) Reserva para aquisição de ações

Base de cálculo dos dividendos referentes ao resultado do exercício

(+) Reversão do saldo da reserva de lucros retidos para dividendo adicional proposto

Total dos dividendos propostos pela administração

Dividendo mínimo obrigatório - 25%
 Dividendo proposto em excesso ao mínimo obrigatório

Do montante proposto no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, R\$189.392 foram pagos ao longo

Ações Ordinárias	RS
547.000	10.470
605.782	9.471
(463.782)	(8.574)
(29.000)	(526)
<u>660.000</u>	<u>10.841</u>

2014	2013
490.244	433.540
(11.613)	(15.830)
(257.989)	(116.940)
-	(304)

<u>220.642</u>	<u>300.466</u>
55.161	75.117
(17.000)	-
<u>203.642</u>	<u>300.466</u>

17.173	-
<u>220.815</u>	<u>300.057</u>
55.161	75.117
165.654	224.940
<u>220.815</u>	<u>300.057</u>

do próprio exercício de 2013 e o saldo de R\$110.665 foi liquidado em 23 de abril de 2014.

A Ata da 49ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2013, definiu o *payout* para o exercício de 2013 como sendo de aproximadamente 65% do lucro líquido do exercício após a constituição das reservas.

A Administração da Companhia através da 55ª Ata de Reunião do Conselho de Administração, decidiu alterar a política de dividendos da Companhia não fazendo destinação diversa de incentivos fiscais estaduais para comporem a base de dividendos, como vinha fazendo, e distribuir como dividendos a totalidade dos lucros que não têm como origem os incentivos fiscais estaduais, após a constituição das reservas legais e estatutárias. A Companhia mantém a política de distribuição trimestral de dividendos.

No exercício de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$125.357, sendo distribuídos R\$42.064 (representando R\$0,1400 por ação), em 14 de maio de 2014, R\$29.866 (representando R\$0,0994 por ação), em 13 de agosto de 2014 e R\$53.427 (representando R\$0,1781 por ação), em 12 de novembro de 2014.

Adicionalmente, a Administração propôs, em 31 de dezembro de 2014, o pagamento complementar de R\$95.458 (representando R\$0,3181 por ação) perfazendo um dividendo total de R\$220.815, após deduções legais e estatutárias.

g) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por ação ("*Earnings per Share*"), demonstramos a seguir a reconciliação do lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído (em milhares de reais, exceto valor por ação):

	Controladora	
	2014	2013
Numerador		
Lucro líquido do exercício	490.244	433.540
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	300.720.000	300.720.000
Média ponderada do número de ações ordinárias em tesouraria	(470.744)	(89.831)
	<u>300.249.256</u>	<u>300.630.169</u>
Lucro básico por ação ordinária	1,6328	1,4421
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	300.249.256	300.630.169
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opções de compra ou subscrição de ações	642.267	1.140.198
	<u>300.891.523</u>	<u>301.770.367</u>
Lucro diluído por ação ordinária	1,6293	1,4367

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Grendene Bartelle

Presidente do Conselho de Administração

Pedro Grendene Bartelle

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Membros do Conselho

Mailson Ferreira da Nóbrega

Oswaldo de Assis Filho

Renato Ochaman

Walter Janssen Neto

Eduardo Cozza Magrissio

Maurício Rocha Alves de Carvalho

DIRETORIA

Gelson Luis Rostirolla

Diretor Vice-Presidente

Rudimar Dall'Onder

Diretor-Presidente

Francisco Olinto Velo Schmitt

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores